

N° 4134.

**ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL
ET PORTUGAL**

Traité de commerce. Signé à Rio de
Janeiro, le 26 août 1933.

**UNITED STATES OF BRAZIL
AND PORTUGAL**

Treaty of Commerce. Signed at Rio
de Janeiro, August 26th, 1933.

TEXTE PORTUGAIS. — PORTUGUESE TEXT.

Nº 4134. — TRATADO DE COMMERCIO ENTRE OS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E PORTUGAL. ASSINADO NO RIO DE JANEIRO, EM 26 DE AGOSTO DE 1933.

Texte officiel portugais communiqué par l'envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire des Etats-Unis du Brésil à Berne. L'enregistrement de ce traité a eu lieu le 26 juin 1937.

Portuguese official text communicated by the Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary of the United States of Brazil at Berne. The registration of this Treaty took place June 26th, 1937.

OS GOVERNOS DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL e da REPUBLICA PORTUGUEZA, desejando estreitar cada vez mais os laços da sua antiga e solida amizade, pelo desenvolvimento das suas relações de commercio e navegação, dentro do espirito mais amplo de cooperação e de igualdade e reciprocidade de interesses, resolveram concluir e firmar um Tratado de Commercio e, para esse fim, nomearam seus Plenipotenciarios, a saber :

SUA EXCELLENCIA O SENHOR CHEFE DO GOVERNO PROVISORIO DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL :

O Senhor Doutor Afranio de Mello FRANCO, Ministro de Estado des Relações Exteriores ; e

SUA EXCELLENCIA O SENHOR PRESIDENTE DA REPUBLICA PORTUGUEZA :

O Senhor Doutor Martinho Nobre de MELLO, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario no Brasil ;

Os quaes, depois de haverem trocado seus Plenos Poderos, achados em boa e devida fórma, convieram nos artigos seguintes :

Artigo 1º.

Haverá inteira liberdade de commercio e de navegação entre os nacionaes das duas Partes Contractantes, os quaes não serão sujeitos, em razão do seu commercio ou industria, nos portos, cidades ou quaesquer lugares dos respectivos Estados, quer ahi se estabeleçam quer ahi residam temporariamente, a outros ou maiores tributos, impostos ou contribuições de qualquer denominação, do que os conferidos aos nacionaes de qualquer outro paiz. Os privilegios, immunidades e outros quesquer favores de que gozarem, em materia de commercio e industria, numa das Partes Contractantes, os nacionaes de qualquer outro paiz, serão, immediatamente e sem compensação, concedidos aos nacionaes da outra Parte Contractante.

Artigo 2º.

As Partes Contractantes obrigam-se a não estabelecer, uma a respeito da outra, prohibição alguma de importação, de exportação ou de transito que, ao mesmo tempo, não seja extensiva ás outras nações.

Este principio não se applicará aos animaes e productos animaes de regiões onde haja epizootias, nem ás plantas e sementes procedentes de regiões infectas de filoxéra ou de qualquer epifitis.

Artigo 3º.

As Partes Contractantes concordam em conceder, reciprocamente, o tratamento incondicional e illimitado da nação mais favorecida em relação aos direitos alfandegarios e a todos os direitos accessorios, ao modo de percepção dos direitos, assim como em relação ás regras, formalidades e impostos a que poderia ser submettidas as operações do despacho alfandegario.

Consequentemente, os productos naturaes ou fabricados, originarios de cada Parte Contractante não serão, em caso algum, sujeitos, nas supracitadas relações, a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados, nem a regras e formalidades differentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza originarios de qualquer outro paiz.

§ 1º. — Da mesma forma, os productos naturaes ou fabricados exportados do territorio de cada Parte Contractante com destino ao territorio da outra Parte, não serão, em caso algum, sujeitos, nas mesmas relações, a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados nem a regras differentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os mesmos productos destinados ao territorio de qualquer outro paiz.

Todas as vantagens, favores, privilegios e immunities já cencedidos ou que venham a ser concedidos, de futuro, por uma des Partes Contractantes, ne supracitada materia, aos productos naturaes ou fabricados originarios de qualquer outro paiz ou destinados ao territorio de qualquer outro paiz, serão immediatamente e sem compensação, applicados aos productos da mesma natureza originarios da outra Parte Contractante ou destinados ao territorio dessa Parte.

§ 2º. — Exceptuam-se, comtudo, dos compromissos formulados no presente artigo, os favores actualmente concedidos ou que possam ser ulteriormente concedidos a outros Estados limitrophes com o fim de se facilitar o trafico de fronteiras, assim como os que resultem de uma uniao aduaneira á concluida ou que possa ser concluida, de futuro, por uma das Partes Contractantes.

Artigo 4º.

Cada Parte Contractante obriga-se a tomar todas as medidas necessarias para garantir, contra toda forma de concorrência desleal nas transacções commerciaes, os productos naturaes ou fabricados originarios da outra Parte Contractante e, bem assim, a reprimir e a prohibir, por meio de apprehensão e de todos ou outros modos appropriados, a importação, a armazenagem em renteposto, ou em armazens aduaneiros, e a exportação e ainda a fabricação e a venda no paiz, de todos os productos queecontenham em si ou no seu acondicionamento immediato ou nos envoltorios exteriores, marcas, nomes, inscripções ou quaesquer signaes que directa ou indirectamente comportem falsas indicações sobre a origem e a especie, a natureza ou a qualidade especificada, pelos quaes se distinguem os productos ou mercadorias.

Artigo 5º.

O Governo portuguez obriga-se, particularmente, a proceder no seu territorio, conforme as prescripções da legislação interna em vigor, contra qualquer abuso das designações « café do Brazil », typo « Santos », typo « Sul de Minas » e typo « Rio », em relação aos cafés que não sejam originarios do Brasil e aos que não sejam inteiramente livres de mistura com cafés de outras procedencias ou com succedaneos de café e, bem assim, se compromette a não sujeitar os cafés brasileiros a impostos differentes ou mais elevados do que aquelles aos quaes sejam sujeitos os succedaneos desse producto.

Artigo 6º.

O Governo brasileiro reconhece que as designações de « Porto », « Madeira », « Moscatel de Setubal », « Carcavellos » e « Extremadura » constituem marcas regionaes e pertencem exclusivamente a vinho produzido nas regiões portuguezas do Douro e da Ilha da Madeira, de Setubal, de Carcavellos e de Extremadura, e obriga-se a proceder, no seu territorio, conforme as prescripções da legislação interna em vigor, contra qualquer abuso das ditas designações em relação aos vinhos que não sejam originarios das respectivas regiões de Portugal e da Ilha da Madeira, ainda quando

a menção original seja acompanhada da indicação do nome do verdadeiro lugar de origem ou da expressão « typo », « qualidade » ou de qualquer outra expressão similar, susceptível de pôr em duvida a verdadeira origem da mercadoria no commercio.

O processo poderá ser movido por acção publica ou particular.

Artigo 7º.

Os industriaes, commerciantes e caixeiros viajantes, de nacionalidade de uma das Partes Contractantes que, no exercicio do seu commercio, tenham de percorrer o territorio da outra Parte, poderão ahi receber encommendas e fazer as compras necessarias á sua industria, sem ficar sujeitos a quaesquer impostos industriaes diferentes ou mais elevados do que aquellos aos quaes sejam ou venham a ser sujeitos os industriaes, commerciantes e caixeiros viajantes de qualquer outro paiz.

Artigo 8º.

As Partes Contractantes compromettem-se a criar, em seus territorios, uma zona franca com franquias e regalias para os productos originarios do Brasil e de Portugal.

Artigo 9º.

Em tudo o que respeita á collocação dos navios, sua carga e descarga nos portos, ancoradouros e docas dos dois Estados, ao uso de armazns publicos, de guindastes e de outro qualquer material, e em geral ás facilidades e disposições relativas a arribadas, permanencia e sahida de navios, conceder-se-á, nos dois paizes, sem differença alguma, o tratamento conferido aos navios de qualquer outro paiz.

Artigo 10º.

Só poderão ser exigidos certificados de origem para as mercadorias originarias de cada Parte Contractante e carregadas em seus navios, quando estes façam escala, no seu commercio maritimo, por portos de terceira Potencia.

Artigo 11º.

Para os effeitos do presente Tratado, entender-se-á por commercio maritimo directo o embarque das mercadorias em portos duma das Partes Contractantes e o seu desembarque, durante a mesma viagem, em porto da outra Parte Contractante, embora o navio entre, por escala ou arribada em porto ou portos de outros paizes.

Artigo 12º.

O presente Tratado será ratificado e os respectivos instrumentos de ratificação serão trocados na cidade do Rio de Janeiro. Para os effeitos dos compromissos assumidos pelas duas Partes Contractantes, entrará, todavia, em vigor, a titulo provisorio, vinte dias depois da data de sua assignetura e permanecerá vigente durante um anno a contar dessa data.

Se não fôr denunciado tras mezes antes de expirar esse prazo, será prorogado por via de tacita reconducção até que qualquer dos dois Governos o denuncie mediante notificação prévia de tres mezes.

Em testemunho do que, os Plenipotenciarios acima nomeados assignaram o presente Tratado, em dois exemplares, cada um dos quaes na lingua portugueza, e nelle appuzeram os seus sellos.

Feito no Rio de Janeiro, aos 26 de Agosto de 1933.

(a) A. DE MELLO FRANCO.

(a) Martinho Nobre DE MELLO.

Confere :

Ilka B. Lintz,

Chefe do Serviço de Dactylographia.

Conforme :

R. Mendes Gonçalves,

Chefe interino do Serviço dos Limites e Actos Internacionaes.

¹ TRADUCTION.

N^o 4134. — TRAITÉ DE COMMERCE
ENTRE LES ÉTATS-UNIS DU
BRÉSIL ET LE PORTUGAL.
SIGNÉ A RIO DE JANEIRO,
LE 26 AOUT 1933.

LES GOUVERNEMENTS DE LA RÉPUBLIQUE DES
ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL et DE LA RÉPUBLIQUE
PORTUGAISE, désireux de resserrer toujours
plus étroitement les liens d'une amitié ancienne
et solide, afin de faciliter le développement de
leurs relations de commerce et de navigation
dans l'esprit le plus large de coopération,
d'égalité et de réciprocité d'intérêts, ont résolu
de conclure et de signer un traité de commerce
et ont nommé à cet effet leurs plénipoten-
tiaires, à savoir :

SON EXCELLENCE LE CHEF DU GOUVERNEMENT
PROVISOIRE DE LA RÉPUBLIQUE DES ÉTATS-
UNIS DU BRÉSIL :

Le Dr Afranio DE MELLO FRANCO, ministre
des Affaires étrangères ; et

SON EXCELLENCE LE PRÉSIDENT DE LA RÉPU-
BLIQUE PORTUGAISE :

Le Dr Martinho Nobre DE MELLO, ambassa-
deur extraordinaire et plénipotentiaire
au Brésil ;

Lesquels, après avoir échangé leurs pleins
pouvoirs reconnus en bonne et due forme, sont
convenus des articles suivants :

Article premier.

Il y aura entière liberté de commerce et de
navigation entre les ressortissants des deux
Parties contractantes, lesquels ne seront pas sou-
mis, en raison de leur commerce ou de leur
industrie, dans les ports, villes ou autres lieux
des États respectifs, soit qu'ils s'y établissent,
soit qu'ils y résident temporairement, à des

¹ Traduit par le Secrétariat de la Société des
Nations, à titre d'information.

¹ TRANSLATION.

No. 4134. — TREATY OF COM-
MERCE BETWEEN THE UNITED
STATES OF BRAZIL AND POR-
TUGAL. SIGNED AT RIO DE
JANEIRO, AUGUST 26TH, 1933.

THE GOVERNMENTS OF THE UNITED STATES
OF BRAZIL and OF THE PORTUGUESE REPUBLIC,
desiring to strengthen still further the bonds of
their ancient and well-established friendship,
and to develop their relations in respect of
commerce and navigation in a spirit of wider
co-operation, equality and reciprocity of inter-
ests, have decided to conclude and sign a
Treaty of Commerce, and for that purpose
have appointed as their Plenipotentiaries :

HIS EXCELLENCY THE HEAD OF THE PROVI-
SIONAL GOVERNMENT OF THE UNITED STATES
OF BRAZIL :

Dr. Afranio DE MELLO FRANCO, Minister
for Foreign Affairs ; and

HIS EXCELLENCY THE PRESIDENT OF THE POR-
TUGUESE REPUBLIC :

Dr. Martinho Nobre DE MELLO, Ambassador
Extraordinary and Plenipotentiary in
Brazil ;

Who, having communicated their full powers,
found in good and due form, have agreed on
the following Articles :

Article I.

There shall be complete freedom of commerce
and navigation between the nationals of the
two Contracting Parties, who shall not be
subjected by reason of their commerce or
industry in the ports, cities or any other localities
of the two States, whether settled there or
residing there temporarily, to taxes, charges

¹ Translated by the Secretariat of the League
of Nations, for information.

taxes, impôts ou contributions de toute dénomination autres ou plus élevés que ceux auxquels seront soumis les ressortissants de tout autre pays. Les privilèges, immunités ou toutes autres faveurs dont jouiraient, en matière de commerce et d'industrie, sur le territoire de l'une des Parties contractantes, les ressortissants de tout autre pays, seront, immédiatement et sans compensation, accordés aux ressortissants de l'autre Partie contractante.

Article 2.

Les Parties contractantes s'engagent à n'établir l'une envers l'autre aucune interdiction d'importation, d'exportation ou de transit qui ne s'étende en même temps aux autres pays.

Cette règle ne s'appliquera pas aux animaux et aux produits animaux en provenance de régions frappées d'épizootie, non plus qu'aux plantes et semences en provenance de régions infectées de phylloxéra ou de quelque autre épiphytie.

Article 3.

Les Parties contractantes conviennent de s'accorder réciproquement le traitement inconditionnel et illimité de la nation la plus favorisée relativement aux taxes douanières et à tous droits accessoires, au mode de perception de ces droits, ainsi qu'en ce qui concerne les règles, formalités et charges auxquels pourraient être soumises les opérations de dédouanement.

En conséquence, les produits naturels ou manufacturés originaires de chacune des Parties contractantes ne seront en aucun cas, sous les rapports susvisés, soumis à des droits, taxes ou impôts autres ou plus élevés, ni à des règles ou formalités autres ou plus onéreuses, que ceux auxquels sont déjà soumis ou pourraient être soumis les produits de même nature originaires de tout autre pays.

§ 1. De même, les produits naturels ou manufacturés exportés du territoire de chacune des Parties contractantes à destination du territoire de l'autre Partie ne seront en aucun cas, sous les mêmes rapports, soumis à des droits, taxes ou impôts autres ou plus élevés, ni à des règles autres ou plus onéreuses, que ceux auxquels sont soumis ou pourraient être soumis les mêmes produits destinés au territoire de tout autre pays.

Tous les avantages, faveurs, privilèges ou immunités déjà accordés ou qui pourraient être

or imposts of any kind other or higher than those levied on nationals of any other country. The privileges and immunities or any other advantages in respect of commerce and industry enjoyed in the territory of one of the Contracting Parties by the nationals of any other country shall immediately, and without compensation, be granted to the nationals of the other Contracting Party.

Article 2.

The Contracting Parties undertake not to apply to each other any prohibition on import, export or transit which shall not simultaneously apply to other countries.

This rule shall not apply to animals and animal products coming from districts where there are epizootic diseases, nor to plants and seeds coming from districts infected with phylloxera or any other epiphytic diseases.

Article 3.

The Contracting Parties agree to grant to each other, unconditionally and without any limitation, most-favoured-nation treatment in all matters concerning Customs duties and all duties connected therewith, the methods of levying such duties and the rules, formalities and charges which may be attendant upon Customs clearance.

Accordingly, natural or manufactured products originating in the territory of either Contracting Party shall in no case be liable, in the above-mentioned respects, to any other or higher duties, dues or charges, or to any rules and formalities other or more burdensome, than those which are or may hereafter be applied to products of the same nature originating in any other country.

§ 1. Similarly, natural or manufactured products exported from the territory of either Contracting Party to the territory of the other Party shall in no case be liable in the same respects to other or higher duties, dues or charges or to other or more burdensome rules or formalities than those which are or may hereafter be applied to the same products destined for the territory of any other country.

All advantages, favours, privileges and immunities which have been or may hereafter be

accordés à l'avenir par l'une des Parties contractantes, au même sujet, aux produits naturels ou manufacturés originaires de tout autre pays ou destinés à tout autre pays seront immédiatement et sans compensation appliqués aux produits de même nature originaires du territoire de l'autre Partie contractante ou destinés au territoire de cette Partie.

§ 2. Toutefois, sont exceptés des engagements formulés au présent article les traitements de faveur déjà accordés ou qui pourraient être ultérieurement accordés à d'autres Etats limitrophes des Parties contractantes afin de faciliter le trafic frontalier, ainsi que ceux qui résulteraient d'une union douanière déjà conclue ou qui pourrait être conclue à l'avenir par l'une des Parties contractantes.

Article 4.

Chaque Partie contractante s'engage à prendre toutes les mesures nécessaires pour garantir, contre toute forme de concurrence déloyale dans les transactions commerciales, les produits naturels ou manufacturés originaires de l'autre Partie contractante, ainsi qu'à réprimer et à interdire, au moyen de saisies et de toutes autres mesures appropriées, l'importation, l'emmagasinage dans un entrepôt privé ou dans les entrepôts de douane, et l'exportation, de même que la fabrication et la vente dans le pays, de tout produit portant sur lui-même, ou sur le conditionnement immédiat, ou sur les emballages extérieurs, des marques, noms, inscriptions ou autres signes quelconques qui, directement ou indirectement, tendraient à induire en erreur sur l'origine et l'espèce, la nature et la qualité caractéristique par lesquelles se distinguent ces produits ou marchandises.

Article 5.

Le Gouvernement portugais s'engage en particulier à poursuivre sur son territoire, conformément aux prescriptions de la législation interne en vigueur, tout abus des appellations « café du Brésil », genre « Santos », genre « Sud de Minas » et genre « Rio », appliquées aux cafés non originaires du Brésil et aux cafés qui ne sont pas purs de tout mélange avec des cafés d'autres provenances ou avec des succédanés du café, et il s'engage également à ne pas soumettre les cafés brésiliens à des taxes autres ou plus élevées que celles auxquelles sont soumis les succédanés de ce produit.

granted in the above respect by one of the two Contracting Parties to natural or manufactured products originating in any other country, or destined for the territory of any other country, shall be extended immediately and without compensation to products of the same nature originating in the territory of the other Contracting Party or destined for the territory of that Party.

§ 2. The undertakings given in the present Article shall not, however, apply to privileges already granted, or which may hereafter be granted, to adjacent States with the object of facilitating frontier traffic, or to privileges resulting from a Customs union already concluded, or which may hereafter be concluded, by one of the Contracting Parties.

Article 4.

Both Contracting Parties agree to take all necessary measures to protect against any form of unfair competition in commercial transactions natural or manufactured products originating in or coming from the other Contracting Party, and to prevent and prohibit, by means of seizure and other suitable measures, the import, storage in a private warehouse or in Customs warehouses, and the export, manufacture and sale in the country of any product which itself bears or which bears on the immediate make-up or the outer wrappings marks, names, inscriptions or any other signs which directly or indirectly tend to give an erroneous indication of the origin, kind, nature or characteristic qualities of the said products or goods.

Article 5.

The Portuguese Government undertakes in particular to prosecute in its territory, under the provisions of the domestic legislation in force, any abusive use of the designations "Brazilian coffee" or "Santos", "Sul de Minas" or "Rio" brands applied to coffees not coming from Brazil and to those which are not entirely free from admixture with coffees coming from elsewhere or with coffee substitutes. It further undertakes not to levy on Brazilian coffees taxes other or higher than those imposed on substitutes for that product.

Article 6.

Le Gouvernement brésilien reconnaît que les appellations de « Porto », « Madère », « Moscatel de Setubal », « Carcavellos », « Estremadura », constituent des marques d'origine et appartiennent exclusivement au vin produit dans les provinces portugaises du Douro et de l'île de Madère, de Setubal, de Carcavellos et d'Estremadura, et il s'engage à poursuivre, sur son territoire, conformément aux prescriptions de la législation interne en vigueur, tout abus des dites appellations appliquées à des vins qui ne seraient pas originaires de ces régions respectives du Portugal et de l'île de Madère, même lorsque la mention originale serait accompagnée de l'indication du nom du vrai lieu d'origine et de l'expression « genre », « qualité » ou de toute autre expression semblable, susceptible d'induire en erreur sur l'origine véritable de la marchandise mise dans le commerce.

Les poursuites pourront être engagées par voie d'action publique ou privée.

Article 7.

Les industriels, commerçants et voyageurs de commerce ressortissants de l'une des Parties contractantes qui, dans l'exercice de leur commerce, auraient à voyager sur le territoire de l'autre Partie, pourront y prendre des commandes ou y faire les achats nécessaires à leur industrie sans être soumis à aucune taxe industrielle autre ou plus élevée que celles auxquelles sont soumis ou pourraient être soumis les industriels, commerçants ou voyageurs de commerce de tout autre pays.

Article 8.

Les Parties contractantes s'engagent à créer sur leurs territoires respectifs une zone franche comportant des franchises ou privilèges pour les produits originaires du Brésil et du Portugal.

Article 9.

Pour tout ce qui concerne le placement des navires, leur chargement et déchargement dans les ports, rades et docks des deux États, l'usage des entrepôts publics, des grues et de tout autre matériel et en général les facilités et aménagements pour l'arrivage, le séjour et la sortie des navires, on accordera dans les deux pays, sans

Article 6.

The Brazilian Government recognises that the appellations "Port", "Madeira", "Moscatel de Setubal", "Carcavellos" and "Estremadura" are regional appellations and apply exclusively to the wines produced in the Portuguese regions of the Douro, the Island of Madeira, Setubal, Carcavellos and Estremadura, and agrees to take steps in its territory, under the provisions of the domestic legislation in force, to prevent any improper use of the said appellations in connection with wines which do not come from the said regions of Portugal and the Island of Madeira, even if the original title be accompanied by the name of the real place of origin or the expression "type", "quality" or any other similar expression capable of misleading the purchaser as to the real origin of the goods.

Proceedings may be instituted by the public authorities or by private persons.

Article 7.

Persons engaged in industry, merchants, and commercial travellers who are nationals of one of the Contracting Parties and who, in the exercise of their trade, have to travel in the territory of the other Party, may take orders there, or make such purchases as may be necessary for their industry, without being subject to any industrial tax other or higher than that which is or may hereafter be levied on persons engaged in industry, merchants or commercial travellers of any other country.

Article 8.

The Contracting Parties undertake to establish in their territories a free zone with exemptions and privileges for products originating in Brazil or Portugal.

Article 9.

In all matters concerning the mooring of ships, their loading or unloading in ports, anchorages and docks of the two States, the use of public warehouses, cranes, or any other appliances and in general facilities and regulations concerning the arrival, stay and departure of ships, the Contracting Parties shall grant

différence aucune, le traitement accordé aux navires de tout autre pays.

Article 10.

Des certificats d'origine pourront être exigés pour les marchandises originaires de chacune des Parties contractantes et transportées sur ses navires lorsque ceux-ci, dans leur commerce maritime, font escale dans les ports d'une tierce Puissance.

Article 11.

Aux fins du présent traité, on entendra par commerce maritime direct l'embarquement des marchandises dans les ports d'une des Parties contractantes et le débarquement, au cours du même voyage, dans un port de l'autre Partie contractante, même si le navire entre dans un ou plusieurs ports d'autres pays pour y faire escale ou y terminer son voyage.

Article 12.

Le présent traité sera ratifié, et les instruments respectifs de ratification seront échangés à Rio de Janeiro. Toutefois, pour les effets des engagements assumés par les deux Parties contractantes, il entrera en vigueur à titre provisoire vingt jours après la date de la signature et demeurera en vigueur pendant un an à partir de cette date.

Au cas où il ne serait pas dénoncé trois mois avant l'expiration de ce délai, il sera prorogé par voie de tacite reconduction jusqu'à ce que l'un des gouvernements le dénonce moyennant un préavis de trois mois.

En foi de quoi, les plénipotentiaires susnommés ont signé le présent traité en deux exemplaires, tous deux en langue portugaise, et y ont apposé leurs cachets.

Fait à Rio de Janeiro, le 26 août 1933.

(Signé) A. DE MELLO FRANCO.

(Signé) Martinho Nobre DE MELLO.

each other, without any distinction, the treatment given to ships of any other country.

Article 10.

Certificates of origin may only be required for goods originating in the territory of either Contracting Party and carried in its ships when such ships have called at the ports of a third Power in the course of their maritime trade.

Article 11.

For the purposes of the present Treaty, direct maritime trade shall be held to mean loading of goods in the ports of one of the Contracting Parties and unloading during the same voyage in a port of the other Contracting Party, even if the ship calls or puts in at one or more ports of other countries.

Article 12.

The present Treaty shall be ratified and the instruments of ratification shall be exchanged at Rio de Janeiro. Nevertheless, so far as concerns the effect of the undertakings assumed by the two Contracting Parties, it shall come into force provisionally twenty days after the date of its signature, and shall remain in force for one year from that date.

If not denounced three months before the expiry of that period, it shall be extended by tacit consent until one of the two Governments denounces it, giving three months' previous notice.

In faith whereof the above-named Plenipotentiaries have signed the present Treaty in duplicate Portuguese texts, and have thereto affixed their seals.

Done at Rio de Janeiro, this 26th day of August, 1933.

(Signed) A. DE MELLO FRANCO.

(Signed) Martinho Nobre DE MELLO.